

GOVERNO CONCLUI PROCESSO DE ACANTONAMENTO DE TROPAS

... e acusa a Renamo de reagrupar efectivos militares desmobilizados
 ● Presidente da CCF aguarda pela data-limite acordada para fazer o balanço final

O Governo concluiu ontem o acantonamento das suas tropas nas 29 áreas de reunião e acomodação abertas pelas Nações Unidas. O facto foi revelado à imprensa pelo Major Eduardo Lauchande, que adiantou exceptuarem-se ainda 1325 soldados e 19 toneladas de material bélico para cujo transporte solicitou o apoio da Missão das Nações Unidas

O Governo pediu à Comissão de Cessar-Fogo (CCF) uma tolerância de uma semana para concluir com o movimento dos seus soldados para as áreas de reunião e acomodação que, de acordo com o previsto, deveriam ter sido encerradas no passado dia 1 de Julho corrente.

Porém, ainda ontem, o representante do Executivo na CCF revelou à imprensa que "completámos o acantonamento dos soldados com a chegada do dia 4 de Julho de 1994 (ontem) para as 29 áreas de acomodação dos efectivos das FAM-FPLM ainda remanescentes".

Eduardo Lauchande clarificou que cerca de 3814 tropas governamentais permanecem nos seus respectivos quartéis para protegerem as instalações e infra-estruturas militares, os quais, por acordo na Comissão de Cessar-Fogo, são consideradas como parte de tropas já acantonadas e cujo registo está em processo.

Momentos após Lauchande ter proferido estas declarações, o "Notícias" teve acesso a um documento da delegação do Governo na CCF manifestando a sua preocupação com relação ao processo.

"Até este momento, a ONUMOZ, quer a nível da imprensa, quer do Conselho de Segurança, fez uma pressão unilateral extraordinária sobre o Governo para acantonar. Porém, nada disse sobre a Renamo. Pelo contrário chegou a afirmar que a Renamo já completou o acantonamento em contradição com os boletins diários que indicam claramente que a Renamo ainda tem efectivos consideráveis por acantonar" — lê-se no documento em nosso poder.

As preocupações do Executivo são ainda maiores quando a certo passo do documento o Governo exige que a ONUMOZ seja objectiva na sua actuação, "evitando toda a parcialidade (...)".

A delicadeza do assunto é de tal maneira que o Executivo diz ter notificado o treino de soldados da Renamo em Gorongosa, província central de Sofala, a movimentação de Maríngue para Búzua, a sul de Marromeu, de um batalhão de militares, bem assim o reagrupamento de efectivos desmobilizados em Ngungwe, província do

para Moçambique (ONUMOZ), "o qual ainda não foi facultado". Contudo, o Presidente da Comissão de Cessar-Fogo (CCF), o Coronel Italiano Pier Giorgio Segala, disse preferir esperar até ao próximo dia 8 de Julho para fazer a apreciação final sobre a operação de acantonamento.

está encerrado", afirmou Segala.

O Coronel italiano confirmou, contudo, que o Governo solicitou que um pouco mais de 3814 soldados permanecessem nos seus respectivos quartéis para protegerem as instalações e infra-estruturas militares, tropas estas consideradas como parte dos soldados já acantonados e cujo registo está em

processo.

Perante a insistência dos jornalistas para que o Coronel Segala fizesse uma apreciação geral do processo de acantonamento, este foi peremptório ao dizer que tanto do lado governamental, como da parte do movimento de Afonso Dhlakama, as coisas não estavam ainda a decorrer positivamente.

O informe diário da Unidade Técnica da ONUMOZ refere que a Renamo movimentou lentamente os seus guerrilheiros durante o último fim-de-semana. Na sexta-feira, o movimento armado enviou 11 guerrilheiros seus, 12 no sábado e cinco no domingo.

Até agora, a Renamo tem 17 300 guerrilheiros já acantonados, uma cifra que representa 94,8 por cento dos seus 18 241 por enviar às suas vinte áreas de reunião e acomodação. Para completar a operação a 8 de Julho, a Renamo terá de movimentar 235 guerrilheiros diariamente.



Acantonamento de tropas ainda preocupa a Comissão de Cessar-Fogo e observadores

Agentes económicos propõem controlo do mercado informal

● Sugestão foi apresentada ao Chefe do Estado na sequência da visita que efectua à província do Maputo